



ANS



COMUNICADO NACIONAL

Nº: 20/2001
Data: 26-Set-01

VIRAR DE PÁGINA CEMGFA RECEBE ANS

Doze anos após a criação da Associação Nacional de Sargentos, o representante máximo das Chefias Militares - o General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas - recebe pela primeira vez, em audiência oficial, uma delegação da ANS!

Se bem que não sendo um factor determinante para a consolidação do associativismo militar, porque determinante é sim o percurso global do fenómeno associativo, no qual a ANS tem sido personagem de relevo incontestável, considera a ANS que este facto é por si só e por tudo o que o envolve, um virar de página essencial, marcante e de importância inquestionável, para a afirmação da imensa sustentabilidade da razão de ser do associativismo sócio-profissional militar.

Fazendo uma leitura distanciada e fria do que foram estes doze anos de quase permanente e incompreensível divórcio entre as associações de militares e as Chefias, conseguimos no entanto, num espírito de suficiente realismo e abertura, aceitar por sustentáveis, se bem que perfeitamente ultrapassáveis, as condicionantes jurídico-legais que suportaram a posição intransigente dos Chefes Militares, no que respeitava ao seu relacionamento com as estruturas associativas, que na realidade, no plano estritamente legal e aos olhos dum purismo discutível mas devidamente fundamentado, extravasavam o conceito associativo vertido na redacção do anterior Artº 31º da LDNFA.

Sempre considerámos que essas condicionantes não corriam o risco de impedir um relacionamento responsável e sério e que o ultrapassar dessas barreiras puramente teóricas e legalistas, jamais ameaçariam a eficácia da cadeia de comando, subverteriam a disciplina ou poriam em perigo a autoridade inquestionável dos nossos chefes, que sempre mereceram de nós, aliás, todo o respeito que lhes era devido e que a nossa própria condição de militares impunha que defendessemos acima de tudo.

Não foi no entanto essa a leitura das Chefias Militares ao longo destes anos, e obviamente que a sua postura, legitimamente acente na lei que então vigorava, não podia merecer da nossa parte, senão a sua plena aceitação e o respeito devido a uma interpretação, da qual embora discordando, sempre aceitámos como legalmente defensável.

Ultrapassada que foi a dificuldade dessa obstrução legal, com a aprovação das Leis Orgânicas nº 3 e nº 4 de 2001, de 29 e 30 de Agosto, que deram respectivamente nova redacção ao famigerado Artº 31º da LDNFA, aliviando as restrições até aqui impostas ao exercício das liberdades e direitos dos militares, e estabelecendo os princípios gerais e enformadores do direito associativo profissional dos militares, estava a ANS certa que ficavam criadas as condições para um novo clima de relacionamento entre as associações de militares e as Chefias.

Com efeito, apraz-nos registar, e dizêmo-lo sem complexos e muito frontalmente, que é com um elevado sentido do cumprimento de mais uma importantíssima etapa na vida associativa, que registamos o grande regozijo e a redobrada confiança no futuro, que nos leva a considerar o clima extremamente positivo e prometedor de que se revestiu esta primeira audiência, significativamente concedida pelo General CEMGFA, como um importante sinal para uma estreita e profícua colaboração entre militares, que embora actuando a níveis diferentes e com diversos enquadramentos orgânicos, têm por comum a defesa intransigente da instituição militar, a firme determinação de cumprir a missão que o país lhes exige e a elevada convicção da sua condição de cidadania da qual nunca abdicarão.

Durante este primeiro encontro com o Senhor General Alvarenga de Sousa Santos, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi incontornável a assunção em comum dum vastíssimo leque de pontos de vista, de certezas maduramente cimentadas e de conceitos que para os militares são sagrados, em torno daquilo que consideramos ser matéria indiscutível relativa à condição militar, tendo igualmente encontrado inúmeros pontos de confluência, na análise á difícil situação que os militares hoje atravessam e no reconhecimento do nível a que se situam os responsáveis por tal situação, bem assim como a urgência do surgimento de soluções, antes que se caia em situações a todo o custo indesejáveis e atentatórias da disciplina e bom senso por que todos pugnamos.

Ficou assim aberto um importante canal de debate e diálogo, no seio dos militares, factor a todos os títulos louvável, porque demonstrativo da cultura democrática cada vez mais enformadora da sua própria condição de cidadãos em uniforme, mas que não pode, de modo algum, vir a ser encarada como parte determinante da reslolução dos problemas que afectam os militares, porque esses têm obrigatoriamente de ser resolvidos, com a contribuição de todos, é certo, por quem deles é responsável e garante, ou pelo menos assim deveria ser, da justa e equilibrada busca de soluções condignas, consentâneas e exequíveis. E esse responsável é o poder político, o Governo e em última instância o Primeiro Ministro, a quem uma vez mais apelamos no sentido de tomar consciência da gravidade da situação e acima de tudo actuar, já e determinantemente, enquanto os diversos sentidos da responsabilidade pesarem mais do que o desespero que começa a invadir os militares e os Sargentos em particular!

Configuram-se já no futuro próximo idênticas audiências com os Chefes dos Ramos, para as quais só podemos augurar um clima igualmente elevado e tendente a alargar este novo espaço de diálogo entre os militares.

Os Sargentos de Portugal, representados pela sua Associação, sentem-se honrados por esta significativa efeméride e têm a percepção, senão quase a certeza, de que o Senhor General CEMGFA igualmente se poderá orgulhar de ter sido o protagonista deste passo histórico na vida do associativismo militar.

A Direcção

Lisboa, 26 de Setembro de 2001